

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.539.767 - RJ  
(2019/0204006-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**AGRAVANTE** : BRUNO DA SILVA RAMOS  
**ADVOGADO** : ANGELO MAXIMO MACEDO DA CONCEIÇÃO - RJ135172  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**INTERES.** : DOUGLAS GUIMARAES ROSA MILAGRES (PRESO)  
**ADVOGADOS** : FABIÓLA SANTORO GARCIA - RJ176955  
MARCELO LEANDRO MARTINS GIL - RJ148893  
**INTERES.** : BRUNO FERREIRA PINHEIRO  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PORTE DE ARMA DE FOGO E EXTORSÃO. PRETENDIDA APLICAÇÃO DA CONSUNÇÃO ENTRE O CRIME DESCRITO NO ARTIGO 158 DO CÓDIGO PENAL E 16, PARÁGRAFO ÚNICO, IV, DA LEI N. 10.826/2003. RELAÇÃO DE INTERDEPENDÊNCIA. SÚMULA N. 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A questão relativa à existência de provas para a condenação não prescinde do revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos. Incidência do enunciado n. 7 da Súmula deste Tribunal.
2. A aferição das circunstâncias exigidas para o reconhecimento da consunção entre o delito de extorsão e porte de arma de fogo dependeria de aprofundado revolvimento fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça.
3. Agravo regimental desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental. Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik, Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator